



XVII Semana do Administrador do Sudoeste da Bahia ISSN: 2358-6397

O Administrador da Contemporaneidade: desafios e perspectivas

A Incidência de Encargos Tributários em Projetos Sociais e o Impacto dos Mesmos na Convergência de Novas Ações

Autoria: Clara Bitencourt Silva; Maristela Miranda Vieira de Oliveira

¹UESB, E-mail: kdtulua@gmail.com

²UESB, E-mail: maristelamvo@gmail.com

1. Introdução

Para o bom desempenho de sua função, é sabido que o Estado necessita de recursos financeiros, materiais e intelectuais; no entanto, devido à sobrecarga de demandas, além de desafios de ordens políticas e culturais, principalmente na área social, o mesmo convoca o Terceiro Setor, com sua estrutura e capital intelectual a fim de apoiar a produção de ativos sociais. Por conseguinte, e considerando que as receitas financeiras estatais são advindas, principalmente, da arrecadação tributária, quaisquer organizações são obrigadas ao recolhimento de impostos e encargos sociais, exceto em virtude de prescrição legal.

Contudo, as organizações do Terceiro Setor acabam por assumir obrigações de pagar um total de até 15 diferentes impostos Municipais, Estaduais e Federais. Motivado por essa reflexão, buscou-se observar uma entidade do Terceiro Setor na cidade de Vitória da Conquista/BA, concluindo-se que em média 16% dos valores repassados pelo Governo retornaram aos cofres públicos em forma de impostos e encargos sociais. Esta quantia, se utilizada em favor dos projetos, resultaria em um aumento de, aproximadamente, 20% no número de beneficiados, o que representa, para os projetos avaliados nesta pesquisa, mais de três mil pessoas.

Logo, pretende-se a partir desse estudo abrir espaço à discussão sobre a redução da capacidade de projetos sociais devido à imputação de impostos às organizações do Terceiro Setor e sua implicação no retorno dessas ações, evidenciando as alíquotas pertinentes à atividade, as características e peculiaridades da instituição e a importância dos serviços prestados à sociedade.

2. Marco teórico

Dentre as nomenclaturas utilizadas para organizações privadas, sem fins lucrativos, que visam à produção de um bem coletivo, atualmente, a que tem se destacado é a expressão Terceiro Setor. Este é um termo traduzido da expressão em inglês (*third sector*), utilizado pela primeira vez na década de 1970, nos Estados Unidos, para identificar organizações nascidas na sociedade civil que realizavam atividades coletivas de caráter público (GOHN, 1994; SALAMON, 1997).



XVII Semana do Administrador do Sudoeste da Bahia ISSN: 2358-6397

O Administrador da Contemporaneidade: desafios e perspectivas

No que se refere à execução de seus projetos, as entidades integrantes do Terceiro Setor necessitam de financiamento a fim de poder realizar a sua missão no atendimento da comunidade onde está inserida. Nesse sentido, buscam a captação de recursos sejam eles provenientes de fontes públicas ou privadas (LANDIM, LEILAH, 1999).

No Brasil observa-se, a partir da década de 1990, a participação do Terceiro Setor na execução de políticas públicas, muito incentivado pelo processo de Reforma do Estado, seguindo a ideia de publicização, onde organizações não estatais assumem funções de prestação de serviços sociais (PEREIRAR, 1997). Para tanto, a relação entre Estado e ONGS se confirma a partir da elaboração de Convênios, entendidos como uma forma de parceria, contudo, o instrumento acaba se mostrando muito mais uma forma de prestação de serviço, dando ideia de uma empresa terceirizada pelo Estado (TEIXEIRA, 2003). A partir da celebração desses instrumentos de parceria, surge a possibilidade de financiamento por parte do Estado, para possibilitar a execução de políticas que estariam sob sua responsabilidade. Assim, a ONG recebe o financiamento para a perfeita execução de uma ação, enquanto entidade sem fins lucrativos, fazendo de sua missão um contributo na geração de emprego e renda, tendo, contudo, que retornar aos cofres públicos parte de seu orçamento como contraprestação de sua existência.

A Constituição Federal, em seu artigo 150, que trata sobre os princípios gerais do Sistema Tributário Nacional, estabelece no Inciso VI, alínea c, que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir imposto sobre patrimônio, renda ou serviços, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei, compreendendo o benefício de tal vedação, somente as atividades essenciais à entidade. No entanto, a lei não estabelece o que é uma instituição de educação e assistência social e, para tanto, na tentativa de esclarecer o quem vem a ser estas instituições, reúne-se a definição de vários doutrinadores do direito, entre eles, Leopoldo Braga, Aliomar Baleeiro e Helita Barreira concluindo que, além do Estatuto Social apontar para sua condição de “sem fins lucrativos”, a entidade precisa explicitar, através de seu histórico e sua prática cotidiana, a comprovação de ações destinadas ao desenvolvimento e bem estar da comunidade em que atual (SZAZI, 2006). Ainda assim, faz-se necessário, para o gozo do direito de isenção ou imunidade, que a entidade obtenha registros, difíceis de serem adquiridos devido obstáculos legais e burocráticos impostos às ONGs que pleiteiam tais benefícios (TACHIZAWA, 2002).

3. Método de Investigação

O presente trabalho teve caráter teórico empírico e, com base em seus objetivos, tratou-se de uma pesquisa exploratória utilizando-se como procedimento metodológico o Estudo de Caso. Para tanto, considerou-se como Unidade de Análise a Instituição Associação de Educação para a Vida de Vitória da Conquista. O levantamento de dados foi realizado através de pesquisa documental e entrevistas. A pesquisa documental teve como foco a Instituição supracitada, para tanto, foram analisados os documentos internos da instituição, prestações de



XVII Semana do Administrador do Sudoeste da Bahia ISSN: 2358-6397

O Administrador da Contemporaneidade: desafios e perspectivas

contas, termos de contrato, avaliações pedagógicas, procurando evidenciar os pontos de maior relevância no tocante ao tema e aos objetivos propostos. As entrevistas foram realizadas com colaboradores da Instituição a fim de fornecerem dados ou sugerir possíveis fontes de informações úteis. A abordagem caracterizou-se como quali-quantitativa permitindo assim melhor apresentação das informações, seja através de gráficos ou discussão pautada na descrição da Instituição, suas atividades, resultados percebidos sob o ponto de vista dos participantes, coordenação e do investigador.

Foram analisados 40% dos projetos executados no espaço de 36 meses, correspondentes aos anos de 2008 a 2010. A fim de fazer o recorte nos projetos que participariam da análise, optou-se por projetos que acumulavam três requisitos: concluídos pedagogicamente – com plano de trabalho plenamente executado; concluídos financeiramente – sem débitos entre o órgão financiador e a instituição; com prestações de contas elaboradas e aprovadas pelo órgão financiador, o que equivale a dois projetos designados com os nomes Projeto 1 e Projeto 2. Devido a restrições contratuais e legais as informações como nome do projeto, órgão financiador, data do período analisado, identificação do documento de convênio e público alvo específico definido em contrato não foram informados no artigo que ora se apresenta. Tais informações podem ser verificadas em documento específico de posse da entidade.

4. Resultados

A entidade ora apresentada, que oferece sua realidade para este estudo de caso, é uma Organização do Terceiro Setor, a qual possuindo as características específicas e exigidas para obter tal definição, pode, legalmente, receber recursos provenientes dos cofres públicos através da livre concorrência em editais. Suas atividades são de interesse público e seus profissionais reúnem-se e elaboram projetos que visam amenizar carências da sociedade e proporcionar acesso ao conhecimento, debate, gozo de direitos e respeito a deveres. Constituída oficialmente em 1997, vem desempenhando o papel de protagonista na luta pelo empoderamento dos jovens, abrindo espaço para a discussão de temas como prevenção às DST/AIDS, drogas, meio ambiente, educação e direitos humanos. Instituição que ao longo dos seus 15 anos de existência esbarra na impossibilidade de fazer mais em cada um de seus projetos devido à compulsoriedade no pagamento de impostos e encargos sociais.

A fim de cumprir com o questionamento levantado neste artigo, seguem as informações aferidas durante a pesquisa de campo:

PRIMEIRO PROJETO

Título: PROJETO UM

Órgão Financiador: Fundação / Secretaria

Período Analisado: 1 ano e 7 meses

Tipo de Relação: CONVÊNIO

Característica da Relação: Acordo firmado entre órgãos públicos ou entre órgãos públicos e

privados que têm interesses coincidentes. É uma forma de descentralização de responsabilidades, com criterioso controle. O valor é depositado em conta corrente específica, para o determinado convênio, com forma específica e preestabelecida para a prestação de contas, com impedimentos para a utilização dos recursos.

Identificação do documento de convênio: Nº 055/2008 e Nº 017/2009

Público Alvo: Adolescentes e famílias de Vitória da Conquista.

Beneficiários: Duzentos e quarenta adolescentes e famílias. Os órgãos financiadores.

Percentual do valor gasto com impostos e encargos sociais no projeto: 18,17%

Documento de Arrecadação Estadual	0,08%
FGTS	9,40%
GRCSU - Contribuição Sindical	0,15%
Imposto de Renda na Fonte	2,34%
Guia da Previdência Social-GPS	88,02%
Total geral	100,00%

Tabela 1 – Despesas por Tipo de Imposto / Projeto Um

Fonte: Pesquisa Pesquisa de Campo, 2011.

Nº beneficiados: 225 jovens da cidade de Vitória da Conquista e região.

Custo por beneficiado, excluídas despesas com impostos: 0,36%

Acréscimo de público com a porcentagem destinada ao pagamento de impostos: ≈ 50

Porcentagem de acréscimo do público em relação à quantia destinada a impostos: 22,22%

SEGUNDO PROJETO

Título: PROJETO DOIS

Órgão Financiador: Projeto Referência

Período Analisado: 10 meses

Tipo de Relação: CONTRATO

Característica da Relação: Acordo de vontades, bilateral, capaz de criar, modificar e extinguir direitos, através do qual o órgão público contrata uma entidade para execução de uma atividade.

Identificação do documento de contrato: Nº 001254/2010

Público Alvo: Jovens e adolescentes de Vitória da Conquista.

Beneficiários: Vinte jovens multiplicadores, 36.000 adolescentes, jovens estudantes e familiares.

Percentual do valor gasto com impostos e encargos sociais no projeto: 15,75%

FGTS	2,16%
Imposto de Renda na Fonte	2,20%
Guia da Previdência Social-GPS	95,64%
Total geral	100,00%

Tabela 2 – Despesas por Tipo de Imposto / Projeto Dois

Fonte: Pesquisa Pesquisa de Campo, 2011.

Número de beneficiados durante a execução do projeto: 19.828 beneficiados.

Custo por beneficiado, excluídas despesas com impostos: 0,0042%

Acréscimo de público com a porcentagem destinada ao pagamento de impostos: \approx 3.750

Porcentagem de acréscimo do público em relação à quantia destinada a impostos:

18,91%

Na ASSEV, em média, 16,96% dos recursos dos projetos analisados foram destinados ao custeio de impostos. Somados os projetos, identificou-se que, aproximadamente, 4.000 pessoas deixaram de ser beneficiadas nas atividades executadas pela ONG, chegando a uma média de 20,5% de redução no número de pessoas atendidas.

5. Considerações Finais

O Terceiro Setor situa-se onde as peculiaridades do Primeiro e Segundo setores somam-se e subtraem-se, despontando como uma alternativa ao desenvolvimento de ações para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, com a incorporação de visões mais abrangentes e inovadoras, sem, para tanto, utilizar-se da máquina pública.

Como forma de responder a essas demandas, a partir da década de 1990 observa-se um incentivo dos governos à participação das Organizações do Terceiro Setor nas demandas sociais através de celebração de Convênios e repasses orçamentários. Nesse contexto, o Estado disponibiliza, em seus inúmeros editais, recursos para a execução de projetos em áreas diversas direcionadas a entidades com características específicas para executá-los. Compete ao Estado analisar documentação comprobatória, projeto, plano orçamentário, capacitação e habilidades dos profissionais envolvidos. Após avaliação, entendendo que as intenções, de ambos - Estado e Instituição - se compactuam, aprova-se a proposta na primeira etapa.

Diante dessa perspectiva, o Terceiro Setor tem despontado como principal forma de apoio ao Estado no suprimento das carências sociais, isso ocorre a partir de repasses orçamentários e da delimitação do público alvo, do período e do foco das ações. Apesar dos recursos saírem dos cofres públicos e estarem direcionados à realização de ações em benefício da comunidade, grande parte das ONGs está sujeita ao pagamento de encargos tributários durante a execução dos projetos.

No que tange às obrigações tributárias de organizações sem fins lucrativos observa-se,



XVII Semana do Administrador do Sudoeste da Bahia ISSN: 2358-6397

O Administrador da Contemporaneidade: desafios e perspectivas

divididos em tributos federais, estaduais e municipais um total de até 15 diferentes impostos entre eles o IRPJ, ITR, INSS, CONFIS, PIS, IPI, IOF, ICMS, IPVA, IPTU, ISS, ITBI.

Os recursos públicos direcionados a fins sociais, provenientes de inúmeras fontes, postos a disposição de instituições que realizarão projetos com finalidade pública, retornam em uma porcentagem notável para os cofres públicos em forma de impostos e encargos, e embora retornem à fonte precípua, tomam direcionamentos distintos, novamente rateados.

Num contrassenso, o estado disponibiliza o recurso para execução de ações visando sanar problemas sociais, e parte substancial deste recurso retorna a mesma fonte impedindo o aumento do quantitativo do público beneficiado.

6. Referências

COELHO, Simone de Castro Carvalho. **Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**/ Simone de Castro Tavares Coelho. – 2ªed. – São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

FERNANDES, Ruben César F. **Privado, porém Público: O Terceiro Setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume - Dumará, 1994.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

LANDIM, Leilah. e BERES, Neide. **As Organizações Sem Fins Lucrativos no Brasil: Ocupações, Despesas e Recursos**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

PEREIRA, L. C. B. **A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. *Caderno 1*. Brasília: Mare, 1997.

SALAMON, Lester. **Estratégias para o Fortalecimento do Terceiro Setor**. In: IOSCHPE, E. B. (org). 3º Setor – Desenvolvimento Social Sustentado. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

SZAZI, Eduardo. **Terceiro Setor: regulação do Brasil** – 4ª ed. – São Paulo: Petrópolis, 2006.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e Terceiro Setor: criação de ONGs e estratégias de atuação**. – 3ªed. – São Paulo: Atlas, 2007.

TEIXEIRA, Ana Cláudia C. **Identidades em construção. As organizações não governamentais no processo brasileiro de democratização**. São Paulo: Instituto Polis, 2003.